

O PLANEJAMENTO ECONÔMICO E A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO EM SERGIPE*

*Jorge Carvalho do Nascimento **

Os anos 50 do século XX em Sergipe foram de significativa expansão da pecuária como atividade econômica, substituindo aceleradamente a economia canavieira, já declinante a partir dos anos 40. Os pecuaristas importavam boiadas para engorda e ampliavam as pastagens artificiais em áreas tradicionalmente destinadas à lavoura. A indústria têxtil também declinou nesse período. A agropecuária cresceu 31,5%, de 1950 a 1960, tendo substituído em importância econômica algumas lavouras então decadentes como o algodão, a exemplo do que já fizera com a cana-de-açúcar. Não obstante, o Estado conheceu um surto de desenvolvimento industrial e de modernização urbana¹, apesar de muitos indicadores sociais adversos, posto que

elevou-se a taxa de analfabetos, que já era de 66,4%, em 1950, e, se considerarmos apenas a população escolar urbana (que é a mais favorecida) de 7 a 14 anos de idade, encontraremos em 1962, um déficit de 17 mil matrículas. Não parou por aí, porém. Os coeficientes de mortalidade infantil chegaram a atingir 150 óbitos por 1.000 nascimentos, e o Estado só não está despovoado porque é altíssimo o índice de natalidade (tão próprio das áreas subdesenvolvidas), quase equivalente a 4%, em 1962, ultrapassando, de muito, a velocidade de crescimento médio geométrico anual da América Latina².

* Este artigo incorpora parte dos argumentos e do texto da dissertação de mestrado do seu autor: *A Intervenção da Sudene na Política Educacional do Estado de Sergipe*. (1959-1963).

**Jorge Carvalho do Nascimento é professor do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Doutor em História e Filosofia da Educação, integra o corpo docente do Mestrado em Educação da UFS.

Discutindo os problemas do Estado, em 1959, Ariosvaldo Figueiredo afirma que

Sergipe, hoje, parece viver na miséria, gemendo sem esperanças. O sergipano, como bom nordestino, ainda não come, enche a barriga. O algodão, embora sendo uma de nossas culturas básicas, a segunda, pelo menos em área cultivada, chegou a um ponto que, já em 1954, produzimos quase 65% menos do que em 1934. Enquanto neste mesmo ano tínhamos um consumo de 5.870 toneladas de algodão em pluma, a nossa produção não alcançava senão 2.457 toneladas. Em 1950, segundo o censo, a nossa população rural (439.370 habitantes) correspondia a 68,1% do total geral. Desta população só 291.585 correspondiam aos de 10 anos e mais, sendo que 51,7% desse contingente nenhuma atividade exercia na agricultura. Vê-se, assim, que mesmo na zona rural do Estado, mais da metade da população só faz consumir, constituindo, portanto, uma população inativa.³

O processo de criação da Sudene ganhou, em Sergipe, conotação de campanha suprapartidária. Alguma coisa que os discursos à época denominavam de "cruzada cívica da salvação do Estado", pondo na industrialização a finalidade realizadora do homem, a ser buscada a qualquer preço. O próprio governador do Estado

concitou a todos os políticos e todo o povo sergipano para uma união em torno do mesmo Movimento, independentemente da cor político-partidária de cada um, ensarilhadas as armas dos partidos face aos problemas comuns do Estado, para que pudessem eles serem apresentados ao Presidente da República através da OPENO, num apelo uníssono de Sergipe.⁴

O discurso sobre a realidade da região Nordeste estava permeado pelas concepções de planejamento regional difundidas nos anos 50 pelo pensamento de Celso Furtado. As suas idéias são, em verdade, o mais forte elemento teórico a compor a nova política de desenvolvimento.

Para Seixas Dória, "a Sudene foi, certamente, o passo mais seguro e positivo que se deu em favor do Nordeste".⁵ O próprio Celso Furtado, idealizador do órgão, corrobora o ponto de vista de Dória ao afirmar que

*O Nordeste mudou com a Sudene, é um mundo novo. Depois de 1964, a Sudene continuou a fazer trabalhos técnicos interessantes, mas o que mudou foi o Brasil, não foi a Sudene. A Sudene que eu ajudei a criar correspondeu a um certo Brasil, representou algo de novo neste país.*⁶

A Sudene cumpria exatamente a estratégia de desenvolvimento sob a qual foi concebida no governo Juscelino Kubitschek. Nesse sentido ela sintetizava, no Nordeste, a redefinição do papel e função da máquina estatal e de seu relacionamento com a sociedade civil. O fundamental era substituir as velhas e inúteis burocracias, passando o Estado, em todos os seus níveis, a operar sob a cobertura ideológica da racionalidade técnica.

A política social planejada e a forte presença da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene na região encontraram, desde o final dos anos 50 deste século, um terreno fértil em Sergipe. A influência das idéias nacional-desenvolvimentistas, via Sudene, no Estado, era muito grande e, de certa forma, vista como a única maneira de dar organicidade, sob o controle do Estado à atuação de várias instituições que trabalhavam nessa direção.

A política educacional estava determinada e submetida à racionalidade do planejamento econômico. Planejamento que se origina no mesmo centro: a Sudene. Não é por acaso que se dá a criação do Conselho Estadual de Desenvolvimento - CED, do Rio Grande do Norte. No mesmo momento estão sendo criados outros organismos da mesma natureza nos vários Estados nordestinos. Todos sob inspiração da mesma Sudene. O Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sergipe - Condese, foi organizado através do decreto 470, de 31 de março de 1959,

*por feliz e oportuna iniciativa do Governador Luiz Garcia, com a louvável finalidade de estudar e planejar a economia sergipana, visando o desenvolvimento do Estado e também articular os seus estudos e projetos com a Sudene.*⁷

A estrutura interna do órgão estadual seguia os mesmos padrões postos para organizar a Sudene. O Condese era constituído por um conselho deliberativo, sob a presidência do governador do Estado, e uma secretaria executiva que era o seu órgão técnico.

A necessidade de desenvolver este trabalho no Nordeste fora posta para a Sudene pelas próprias solicitações do meio e pela longa tradição de dificuldades para com a política social nos Estados da região. Em Sergipe, um estudo dos anos 50 sobre o problema da educação escolar explicitava não haver

*planejamento, unidade de diretrizes ou conjugação de esforços. A falta de planejamento e de coordenação assinala a ação dos poderes políticos no campo educacional. Tampouco há coordenação entre os diversos níveis e modalidades de ensino ou distribuição planejada de unidades escolares, de acordo com as necessidades de cada zona do Estado.*⁸

Um documento de trabalho utilizado pelo Estado de Sergipe quando da implantação da Secretaria da Educação, Cultura e Saúde, em 1960, contém um bom esboço do quadro educacional sergipano, em 1950. Naquele ano, a população do Estado era de 644.000 pessoas, das quais 293.025 com mais de 10 anos de idade não sabiam ler e escrever. Esses números indicavam para Sergipe a astronômica taxa de analfabetismo de 66,37%, e uma população escolarizável de 441.478 habitantes. Dessa parcela da população, 227.225 habitantes (77,5%) estavam fora da escola. E, dentre os que tinham acesso a ela, o quadro de seletividade não era dos mais favoráveis. De 45.613 alunos matriculados em 1950, somente 5.578 (12,2% da matrícula total) havia concluído o curso primário até o final do ano de 1953.

Era praticamente impossível, portanto, naquele período, falar-se em sistema educacional sergipano. O Estado dispunha apenas de um rede escolar desarticulada instituída isoladamente por diferentes instâncias do setor público (nos níveis estadual e dos diversos municípios) e pelo setor privado. Aí, pouco se planejava. O ensino elementar poderia ser definido da mesma maneira que fez Anísio para definir o ensino elementar baiano em 1948:

Os serviços de educação do Estado resumem-se a um corpo de professores primários aglomerados nas cidades ou dispersos pelas vilas e povoados, quase todos sem prédios, instalações e assistência técnica, moral ou mesmo administrativa, sob superintendência de um departamento que não chega a preencher as limitadíssimas funções de mero serviço de pessoal.⁹

A preocupação dominante, no que tange ao ensino fundamental, restringia-se ao salpico de escolas primárias alfabetizantes, sem condições essenciais de funcionamento, posto que tinham sua implantação definida quase sempre por interesses estranhos à racionalidade educacional. Tratava-se de uma ilusória multiplicação de oportunidades educacionais.

O Departamento de Educação - instituição que nos anos 50 destinava-se a dirigir a política educacional no Estado - sequer controlava eficientemente as próprias unidades escolares estaduais e, menos ainda, as municipais e particulares. Os municípios criavam e suprimiam escolas sem que os organismos estaduais tivessem qualquer tipo de registro. As registradas não estavam sequer preocupadas em fazer as comunicações mínimas e regularizar os documentos escolares. Num quadro como esse, era natural que sequer houvessem estatísticas precisas do déficit escolar.

O chamado sistema público de ensino sergipano se formou de maneira pouco planejada, ao sabor dos acontecimentos. O primeiro ato legal de caráter local da Província de Sergipe data de 05 de março de 1835. É o primeiro documento do sistema de ensino público estadual sergipano. Trata da instituição de Concurso Público para o magistério, inclusive para as cadeiras já ocupadas antes da sua realização. Doravante, os concursos públicos deveriam ser fiscalizados pelas câmaras municipais. Além disso, estabelecia estabilidade no emprego para o professor, que somente poderia ser demitido mediante sentença condenatória. Outro direito consagrado por essa lei é o de aposentadoria em regime especial: 25 anos de trabalho. Os exames dos alunos deveriam ser realizados a cada final de ano. Nas vilas, a câmara municipal organizava os exames; nos povoados, estes seriam organizados por um vereador e pelos juizes de paz. Estes - as câmaras e os juizes de paz - eram responsáveis ainda pela fiscalização das escolas que, dentre outras obrigações, deveriam fornecer todo o material didático - a ser produzido pela Imprensa Oficial. Os alunos do sexo masculino estudariam leitura e caligrafia,

gramática da língua nacional, teoria e prática de aritmética, até regra de três, noções gerais de geometria plana, sistema dos pesos e medidas, moral e doutrina cristã. Já em escolas do sexo feminino seriam lecionadas as mesmas matérias, a exceção das noções de geometria plana e com uma redução no programa de aritmética que registringir-se-ia às quatro operações, acrescentando-se, todavia, ao programa, os trabalhos com agulha.

Todavia, o fato mais importante desse momento é a implantação da Inspeção Geral das Aulas, por Resolução Provincial. Assim, a estrutura da administração pública sergipana viu nascer o seu primeiro órgão destinado a administração do ensino. Essa Inspeção foi transformada mais tarde em Diretoria de Instrução Pública, chegando aos anos 50 do século XX sob a denominação de Departamento de Educação, subordinado a Secretaria da Justiça.

O artigo 148 da Constituição Estadual de 1947 determinava a criação de um órgão de educação e cultura. No entanto, até 1959 a estrutura do Estado permaneceu exatamente a mesma estabelecida pelo Decreto-lei 335, de 29 de novembro de 1943, que fixou as bases da organização administrativa da educação. Sob tal estrutura, o Departamento de Educação era o órgão do Governo Estadual que *superintende em todo o Estado, o ensino primário, normal, comercial, industrial e secundário, exceto na parte privativa do Governo Federal.*

O Decreto-lei 335 subordinava ao Departamento de Educação todos os estabelecimentos de ensino de qualquer grau mantidos pelo Estado e lhe submetia, tecnicamente, os da iniciativa privada, orientando ainda que, em relação aos municipais, o Estado estabelecesse convênio com as respectivas Prefeituras.

Tendo suas atividades centralizadas em uma Diretoria Geral, o Departamento de Educação contava em sua estrutura com um Serviço Técnico Pedagógico; Conselho Consultivo de Educação; Secretaria - a qual estavam subordinadas as seções de Expediente, Protocolo, Arquivo e Portaria, Pessoal e Material -; Inspeção Geral do Ensino Primário; Serviço de Estatística Educacional; e, Serviço de Educação Física e Canto Orfeônico. O cargo de Diretor Geral do Departamento de Educação era provido em Comissão, pelo Chefe do Poder Executivo. Todavia, o artigo 5o do Decreto-lei 335 determinava que tal nomeação recaísse, privativamente, sobre um profissional do magistério. Nos termos do quadro político de Sergipe, no entanto, o cargo tinha pouco

prestígio político e administrativo, estando o Diretor Geral do Departamento de Educação obrigado a curvar-se diante de qualquer chefe político de povoado que tivesse seus interesses contrariados. Mas, nos termos do Regulamento do Departamento de Educação, o Diretor Geral tinha as seguintes atribuições:¹⁰

- 1) *superintender, orientar e fiscalizar os serviços técnicos e administrativos do ensino público e fiscalizar, nos termos da lei, o ensino privado, exceto na parte privativa dos órgãos federais;*
- 2) *assumir, quando julgar conveniente, as atribuições de qualquer das autoridades técnicas e administrativas que lhe são subordinadas ou intervir nos atos das mesmas para modificá-los, suspendê-los ou revogá-los;*
- 3) *praticar todos os atos necessários à execução dos serviços a cargo do Departamento de Educação;*
- 4) *fiscalizar, do ponto de vista pedagógico e higiênico todas as obras de reparos, reformas e instalações dos prédios escolares;*
- 5) *julgar e punir as infrações disciplinares que forem de sua alçada, de acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado;*
- 6) *propor ao Chefe do Poder Executivo, por intermédio da Secretaria da Justiça e Interior, a nomeação, a exoneração, aposentadoria ou suspensão de funcionários;*
- 7) *designar os substitutos interinos dos funcionários técnicos e administrativos, de acordo com o art. 267 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado;*
- 8) *conceder dispensa de exercício de até 8 dias;*
- 9) *apresentar anualmente ao Secretário da Justiça e Interior relatório dos serviços do Departamento de Educação;*
- 10) *apresentar à mesma autoridade a proposta do orçamento;*
- 11) *presidir o Conselho Estadual de Educação e Cultura;*
- 12) *aprovar ou rejeitar os pareceres desse Conselho;*
- 13) *propor ao Secretário da Justiça e Interior e, por seu intermédio, ao Chefe do Poder Executivo, todas as medidas que julgar convenientes ao ensino ou à educação;*
- 14) *dar as informações que lhe forem solicitadas pelos seus superiores hierárquicos;*

- 15) dar parecer sobre as questões relacionadas com a administração da educação;
- 16) despachar o expediente, de modo que os papéis em curso tenham rápido andamento;
- 17) dar posse aos funcionários técnicos e administrativos do Departamento de Educação;
- 18) abrir inquéritos e instaurar processos administrativos;
- 19) presidir as solenidades celebradas pelo Departamento e representar este naquelas para que for convidado;
- 20) decidir os recursos impostos de decisões de autoridades que lhe são subordinadas;
- 21) visar os atestados de exercício e extrato de ponto diário dos funcionários da Diretoria Geral e órgãos auxiliares para efeito de recebimento de vencimentos;
- 22) abrir e encerrar os livros de escrituração do Departamento de Educação, podendo delegar esta incumbência a funcionário de sua escolha;
- 23) conceder férias, nos termos do Estatuto;
- 24) providenciar o fornecimento de material para os estabelecimentos de ensino;
- 25) ordenar o fechamento, em caráter provisório, de escolas públicas, estaduais ou municipais, e particulares, até cessar a causa que tenha motivado a providência;
- 26) promover a realização do recenseamento escolar ou coleta de dados estatísticos solicitados pelos Serviços de Estatística Educacional e do Ministério da Educação;
- 27) comissionar funcionários do Departamento de Educação para fazer fiscalização ou abrir inquéritos, abonando-lhes uma diária até vinte cruzeiros (Cr\$ 20,00) quando se afastarem de suas sedes;
- 28) autorizar o registro de estabelecimentos de ensino particular;
- 29) designar funcionários para constituírem as comissões encarregadas de promover as festas escolares nas grandes datas nacionais;
- 30) indicar ao Governo os professores que poderão ser comissionados para estudar ou se especializar fora do Estado;
- 31) autorizar a adoção de livros didáticos, uma vez ouvido o Conselho Estadual de Educação e Cultura;
- 32) adotar os programas e históricos escolares;

- 33) *promover a publicação de uma revista ou boletim de educação;*
- 34) *revogado;*
- 35) *determinar a abertura de concurso para os cargos de magistério, expedindo os necessários programas e instruções;*
- 36) *distribuir os funcionários lotados no Departamento de Educação pelos diversos órgãos auxiliares;*
- 37) *localizar os professores primários nos diversos estabelecimentos, de acordo com a conveniência do ensino;*
- 38) *exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas por lei ou determinações superiores.*

Dentro do Departamento de Educação, o cargo de Técnico de Educação era o de maior importância depois do Diretor Geral. A esse, cabia a direção do Serviço Técnico-Pedagógico, auxiliando

a administração da educação, informando-a do resultado dos métodos de ensino adotados, sugerindo-lhe medidas necessárias ao aperfeiçoamento do ensino e que conduzem ao rendimento escolar elevado; tem igualmente por fim orientar o professorado sobre os métodos e processo de ensino mais indicados pela Pedagogia, verificando os resultados de sua aplicação.¹¹

Durante o período de existência do Departamento de Educação, contudo, o Serviço Técnico Pedagógico limitou-se a questões administrativas e medidas rotineiras, não tendo produzido qualquer trabalho de pesquisa, planejamento e/ou orientações educacionais.

Outro organismo importante dentro da estrutura do Departamento de Educação era o Conselho Estadual de Educação e Cultura. Criado como Conselho Consultivo de Educação do Estado, passou a denominar-se Conselho Estadual de Educação e Cultura, por força da Constituição de 1947. Presidido pelo Diretor Geral do Departamento, nele tinham assento o Técnico de Educação, um diretor de estabelecimento de ensino secundário, um diretor de estabelecimento de ensino normal, um diretor de estabelecimento de ensino industrial, um diretor de estabelecimento de ensino comercial, o Inspetor Geral do Ensino Primário, um médico do Departamento de Educação, o Consultor Jurídico do Estado e o Procurador Geral do Estado.

Por outro lado, a Inspetoria Geral do Ensino Normal e Primário, organismo encarregado da fiscalização legal e técnico pedagógica das escolas, existia apenas do ponto de vista burocrático e, efetivamente, não cumpria nenhuma função real, apesar de ter seu quadro de inspetores completo. Idêntica era a situação do Serviço de Estatística Educacional que, objetivamente, não cumpria funções fundamentais, dedicando-se apenas a coletar três questionários anualmente: matrícula inicial; funcionamento do ensino fundamental comum e complementar; e, funcionamento do ensino supletivo. A cada cinco anos, fazia a coleta de um questionário acerca das características dos estabelecimentos de ensino. Todos esses questionários eram aplicados em função da existência de convênios celebrados com o Governo Federal.

I - A Fé no Planejamento

Diante das condições sob as quais se movia o ensino público em Sergipe, no final dos anos 50 deste século, as vozes dos profissionais de educação de então se uniam a dos economistas para criticar a falta de racionalidade na organização do ensino, muitas delas afirmando que

a administração educacional em Sergipe (...) não atende à divisão racional do trabalho e ao critério de funcionalização do comando. O aparelho administrativo da educação é falho e defeituoso na sua estrutura sistemática. Carece de unidades de trabalho, especializadas e devidamente articuladas, incumbidas de atividades de pesquisa e de elaboração de planos de ação.

Os serviços técnicos existentes, desorganizados e sem coordenação, não executam as tarefas que deveriam realizar, limitando-se ao formalismo burocrático, à insignificância das pequenas iniciativas acidentais e aos trabalhos de rotina.

Não pode o Departamento de Educação, destarte, preencher as suas funções técnico-administrativas, devidamente coordenadas, de planejamento, direção e controle.¹²

Para superar tais problemas, a solução que se apresentava era, em geral, articulada ao discurso da racionalidade técnica presente no pensamento desenvolvimentista dos ideólogos da Sudene:

*(...) impõe-se uma reforma esquematizada pelas técnicas modernas, capaz de dotar a administração educacional de estrutura lógica e funcional, a fim de que possa presidir o desenvolvimento equilibrado e harmônico da educação, nos seus aspectos filosóficos e técnicos, nos seus objetivos e nos seus processos.*¹³

Nunes Mendonça, em um trabalho que elaborou por solicitação do governo estadual, em 1961, faz observações extremamente interessantes, desde o plano teórico, acerca dessa questão, colocando, inclusive, o papel da educação dentro desse processo:

*educação é, não há que ver, ponto de partida fatal para o planejamento racional do desenvolvimento econômico. O instrumento básico para transformar em realidade a potencialidade econômica de uma região. (...) Somente pela educação é possível suprir a agricultura, o comércio e a indústria de elemento humano sadio, educado e eficiente nos diversos tipos e níveis de trabalho.*¹⁴

A seguir, de forma extensa e didática, defende a necessidade da planificação racional na educação:

Passou a fase do romantismo administrativo. Não se pode mais, na civilização científica e tecnológica do nosso tempo, admitir o empirismo no preparo e na execução do programa de trabalho.

Sem planejamento integral (elaborado segundo os princípios e as técnicas modernas e integrado no programa geral de desenvolvimento regional), sem organização eficaz, sem coordenação inteligente, sem direção segura, e sem cuidadoso controle não é possível promover-se a educação adequada ao indivíduo e à sociedade, e não podemos esperar da educação a contribuição que esta poderia dar para o progresso econômico, social e cultural de uma região e de uma comunidade.

(...) Convençamo-nos, portanto, da conveniência de reorganizar com urgência a administração educacional, em bases técnico-científicas, de modo a torná-la capaz de ampliar e aperfeiçoar o sistema estadual de

educação em consonância com as necessidades das comunidades sergipanas e tendo a mira no processo de desenvolvimento regional. (...) Na elaboração de uma escala de prioridades, seríamos levados a colocar, em primeiro plano, como problema basilar que o é, a tecnização da administração educacional, a fim de que possa a mesma desempenhar a contento as grandes tarefas que lhe estão reservadas, entre as quais avultam as emergentes da reforma do ensino primário e normal, que urge realizar, visando ao preparo de base do futuro cidadão, que se deseja apto ao pleno exercício da cidadania e a escolher e seguir qualquer profissão.¹⁵

Toda essa reflexão conclui que

para promover-se a educação adequada ao indivíduo e à sociedade, entrosando-a com o processo do desenvolvimento econômico, cumprir planejá-la integralmente. Para isso é imprescindível reorganizar-se a administração educacional em bases técnico-científicas.¹⁶

Assim, o planejamento era visto como a panacéia capaz de resolver todos os males da política educacional, inclusive os de caráter financeiro, já que se apontava a existência de recursos improdutivos, por serem mal utilizados:

...há um grande mal no financiamento da educação sergipense: a distribuição empírica das disponibilidades financeiras, a falta de um critério racional que oriente os gastos com o ensino de acordo com reais necessidades, evitados, rigorosamente, quaisquer desperdícios, despesas supérfluas ou escusáveis.

Um planejamento lúcido e cuidadoso, afastados todos os interesses alheios à educação, permitiria tirar maior proveito dos recursos que, mesmo presentemente, são destinados ao ensino.¹⁷

Essa aspiração à racionalidade não era nova, mas ganhava novo alento nesse período. Ademais, desde 1946, a Assembléia Estadual Constituinte discutira exaustivamente o problema e a própria Constituição Estadual, de 16 de junho de 1947, determinava em seu art. 48:

O Estado criará um órgão de educação e cultura ao qual ficarão subordinados todos os estabelecimentos de ensino e instituições de cultura por ele mantidos.

*Parágrafo Único - Também poderão ficar subordinados a este órgão os serviços de assistência social com fins educativos.*¹⁸

Tal órgão somente ganhou vida no ano de 1960, durante o governo Luiz Garcia. A Secretaria da Educação, Cultura e Saúde foi criada no mesmo período em que se deu a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sergipe - Condese, exatamente a ocasião em que o Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste -GTDN começava a se transformar, paulatinamente, em Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene.

O nacional-desenvolvimentismo transformara em senso comum, entre os técnicos da área educacional, a compreensão de que a solução do problema de Estados como Sergipe, no que tange ao implemento dos sistemas escolares, repousava na racionalidade técnico-administrativa que, necessariamente, indicaria a direção da integração de recursos federais, estaduais e municipais. A ausência de planejamento era apontada como a causa de todos os males. Ao comentar o déficit de escolas nos anos 50, Nunes Mendonça afirma que "poderia ser bem menor, se houvesse planejamento e boa administração".¹⁹

A própria Constituição Estadual havia incorporado esse ideário, ao anunciar em seu artigo 147: "A educação deve ser planejada...".

Havia assim um ajustamento perfeito entre o ideário dos educadores sergipanos e a ação conjunta e coordenada de todas as esferas de governo que a Sudene estava propondo. A racionalidade técnica de que era portador o novo órgão afastaria o uso da administração educacional a serviço dos interesses pessoais e grupais. Daí porque, sob essa ótica, urgia o cumprimento do art. 148 da Constituição Estadual, no sentido de que fosse imediatamente criada a Secretaria da Educação, Cultura e Saúde. Esse era, aliás, o mesmo pensamento que movia os técnicos que aglutinar-se-iam em torno do Condese. Os malefícios causados pelos interesses mesquinhos da política pessoal e de grupos eram reconhecidos pelas próprias autoridades educacionais. Na Mensagem que enviou à Assembléia Legislativa do Estado em 1958, o Governador Leandro Maciel afirma seu desejo de "vencer a intromissão

política na administração escolar".²⁰ Posição semelhante a do Chefe do Serviço Técnico Pedagógico do Departamento de Educação, em seu relatório ao Diretor Geral, ao arrolar como um dos males incrustados na máquina educacional do Estado "a ação política, a sua ingerência na vida dos músculos do Departamento".²¹ Esse tipo de pressão que interesses políticos mesquinhos exerciam era indicado como responsável pela localização nem sempre adequada de escolas e, principalmente, recrutamento de professores despreparados. Esse quadro reforçava, a cada vez mais, a crença na racionalidade técnica. Acreditava-se que com competência administrativa e imunidade às pressões dos diversificados interesses partidários era possível superar os problemas.

*O crescimento vegetativo da receita pública permitiria fazer, no presente, o esforço realizado no passado se a educação encontrasse apoio numa política orçamentária racional e numa rigorosa e equilibrada administração das despesas.*²²

Era sobre essa realidade que haveria de agir o Governo Luiz Garcia. Alterá-la era o compromisso político que anunciava. Prometia organicidade estrutural ao sistema estadual de educação, quando enviou à Assembléia Legislativa o projeto de lei que criava a Secretaria da Educação, Cultura e Saúde. O propósito era de que houvesse uma articulação entre os diversos graus e ramos de ensino. Da mesma forma, conjugar os esforços da União, do Estado e dos Municípios.

O governo udenista tinha pressa. Era grande o seu esforço por demonstrar eficiência e racionalidade técnica e administrativa. Em relatório que encaminhou, no dia 09 de janeiro de 1960, ao Secretário da Justiça e Interior, a quem era subordinado, o padre José de Araújo Mendonça, Diretor Geral do Departamento de Educação do Estado, informa do crescimento da matrícula na rede escolar, já no primeiro ano de Governo. Segundo aquele relatório, a matrícula inicial foi de 53.365 alunos enquanto a matrícula final registrara 55.998 alunos, apresentando um incremento de 2.633 novas vagas no primeiro ano do Governo Luiz Garcia. O mesmo relatório informava que o Estado contratara, naquele ano, 154 novos professores, aumentando para 1.525 o número de docentes da rede estadual.

Além de haver instalado a Secretaria da Educação, Cultura e Saúde^{19823a} de Sergipe. Ao final do seu governo, dentre as realizações concernentes a ampliação de oportunidades educacionais, indicava a construção de 13 grupos escolares e oito ginásios na capital e no interior.

II - O Governo Seixas Dória

A política educacional do Governo Seixas Dória refletiu, com clareza, a conjuntura nacional. A Secretaria da Educação, Cultura e Saúde²⁴ participou ativamente dos vários movimentos de mobilização do período, tentando acelerar o processo de alfabetização das massas. Do ponto de vista da educação escolar, esse governo promoveu alterações no calendário escolar, estabelecendo diferenciações, de forma que, nas áreas agrícolas, as atividades escolares coincidissem com as entressafas. Duas outras providências de grande repercussão foram a instalação do Conselho Estadual de Educação e a instalação de uma comissão objetivando criar a Universidade Federal de Sergipe.

Não obstante o seu ativismo político, o Governo Seixas Dória enfrentou dificuldades na área educacional, a exemplo de uma greve de professores da rede pública estadual, em outubro de 1963. Organizado sob a liderança do professor Silvério Fontes, o movimento contava com o apoio do Partido Comunista, fazendo com que professores de escolas particulares, funcionários públicos e ferroviários cruzassem também os braços em solidariedade. O movimento durou cerca de uma semana, encerrando-se por um processo de negociações, no qual as concessões foram de parte a parte.

O episódio da greve forneceu munição bastante para a oposição criticar o Governo Seixas Dória. Até aliados do governo, como o economista Ariosvaldo Figueiredo, se não criticaram o governador, ao menos foram extremamente contundentes para com o secretário da Educação, Cultura e Saúde:

No caso da greve recente dos professores, vosmicê igualmente não se saiu bem. Foi mesmo um desastre. Aceitou ou reagiu tarde ao fato consumado, em vez de antecipar-se à luta ou ao problema. Administrar e dirigir, caro Secretário, é também prever em extensão e profundidade o sentido e repercussões dos fenômenos da realidade. Adiante-se que naquela modesta e sentida greve, o 'gorilismo' compromete-

*teu o poder público e desserviui o Governador Seixas Dória quando este, com habilidade e inteligência, tinha tudo para colocar-se ao lado dos grevistas. E do povo.*²⁵

O mesmo documento trazia outras críticas à política educacional do governo Seixas Dória:

Até agora, qual o plano concreto, objetivo, da Secretaria da Educação? Não conheço. Acho que Sergipe ignora. O que há, apenas, é um plano ou convênio com os gringos da Usaid em que de sergipana só há o seu concordo e a assinatura do Governador.

Muitas organizações desempenharam um papel importante nos anos 60 deste século, a exemplo do Movimento de Educação de Base - MEB, que, implantado no Estado a partir de 1962, já contava em seu terceiro ano de atuação com 528 escolas e 13.386 alunos.²⁶

Outras dessas organizações, como o Movimento de Cultura Popular - MCP de Pernambuco passaram a assessorar a Secretaria da Educação do Estado, a partir de 1963. O MCP foi constituído em Sergipe depois que Paulo Freire ministrou um curso intensivo para seus integrantes. Lançado oficialmente no Estado em 03 de julho, o MCP promoveu festivais de cultura popular, exposições de cerâmica, publicações de poetas locais, exhibições de violeiros, zabumbas e cacumbis, um programa de cultura popular pelo rádio, uma caravana de cultura popular e influenciou, fortemente, os sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais. Vinculado, visivelmente, ao Governo do Estado, o MCP se expande, consideravelmente, a partir de dezembro de 1963, quando Sergipe foi escolhido como área piloto para a implantação do Plano Nacional de Alfabetização - PNA no Nordeste. Na prática concreta, o PNA representava a incorporação pelo Governo federal da atividade de grupos como o MCP.

Dilma Oliveira indica que em

dezembro de 1963 a Secretaria da Fazenda firma convênio com o Centro Nacional de Cultura Popular para alfabetizar duzentas mil pessoas em todo o Estado. Para a execução do plano, a SEC mobilizou colaboradores ligados a outros movimentos, tais como CEA, CPC da UEES etc.

Inaugura a campanha o então Ministro da Educação, Júlio Sambaqui, proferindo palestra inicial o professor Paulo Freire.

Na primeira fase do trabalho, estava prevista a criação de 600 círculos de cultura em todo o Estado, sendo 150 em Aracaju com capacidade para atender 20.000 analfabetos. Foram selecionadas 14 cidades para a distribuição dos 600 círculos.²⁷

Vale ainda registrar a existência, em Sergipe, do Centro Popular de Cultura -CPC da União Estadual dos Estudantes Secundaristas - UEES e da Campanha Estudantil de Alfabetização - CEA, que atuou a partir de 1963 em três municípios do Estado, formando escolas, através de convênios com instituições municipais. Reconhecida de utilidade pública pela Câmara de Vereadores de Aracaju em outubro de 1963, a CEA suspendeu suas atividades após o golpe militar de 1964, que processou o seu presidente, Luiz Antônio Barreto.

Foi, portanto, sob um quadro de intensa atividade popular e de forte atuação da Sudene e de agências internacionais que João de Seixas Dória, eleito em outubro de 1962, tomou posse em 1963 como governador do Estado anunciando reformas educacionais já na primeira mensagem que enviou à Assembléia Legislativa, preconizando que a educação

será uma das pedras angulares do meu governo e chego a confessar serem ambiciosos meus planos no setor: quero diminuir ou quase extinguir o analfabetismo em Sergipe.²⁸

Para atingir tal objetivo, o novo governador indica 13 pontos prioritários para a Secretaria da Educação:

- I. Formação de bases de um autêntico Movimento de Cultura Popular;*
- II. Erradicação do analfabetismo, através de Campanhas de Alfabetização, Círculos de Cultura e Educação de Base, empregando-se, para esse fim, meios modernos;*
- III. Reformulação dos programas de ensino primário, dando-lhes sentido regional e sergipano; além de orientá-los para o desenvolvimento e a integração do Nordeste;*
- IV. Organização do Sistema Estadual de Ensino;*

- V. *Ampliação da rede de ensino primário, com a localização adequada das unidades escolares;*
- VI. *Criação do sistema de classes experimentais de ensino;*
- VII. *Criação de Centros de Treinamento e Aperfeiçoamento de Professores Estaduais na Capital e no Interior;*
- VIII. *Realização de Jornadas Educativas, Seminários de Estudo e Cursos de Administração Escolar, para Diretores de Grupos Escolares;*
- IX. *Dar sentido vocacional e pré-vocacional ao ensino primário elementar;*
- X. *Instalação, em Aracaju, de uma Escola arque para prática pedagógica por arte dos alunos dos Cursos Pedagógicos;*
- XI. *Funcionamento das Escolas de Artes Industriais de Itabaiana e Rosário do Catete, bem como da Oficina de Artes Industriais de Aracaju;*
- XII. *Instalação no interior do Estado de uma rede de Ginásios Industriais;*
- XIII. *Instalação em Aracaju de um Ginásio Vocacional Modelo.*²⁹

Dentre estes 13 pontos, alguns eram de inspiração da Sudene e indicavam na direção de um Sistema Estadual de Planejamento, perfeitamente integrado ao planejamento regional. Essa característica é observada, principalmente, quanto aos pontos III, IV, V, VII e VIII.

Dando objetividade a esses propósitos, um projeto de lei enviado pelo Poder Executivo à Assembléia, em 19 de outubro de 1963, estabelecia no orçamento o montante de recursos destinados ao

*aperfeiçoamento e ampliação do sistema de ensino primário, médio, secundário, técnico profissional e superior, inclusive Institutos de Pesquisas.*³⁰

Logo após a iniciativa dessa Lei e seguindo a orientação da Sudene, o Governo de Sergipe e a USAID firmaram o Primeiro Acordo, através da Secretaria da Educação, com data de 30 de julho. A Sudene integra os termos do acordo, em decorrência do Contrato de Empréstimo da PL 480 Sudene/USAID, de maio do mesmo ano.

O Primeiro Acordo USAID/Sergipe/Sudene encontrou o Estado com 63% de sua população formada por analfabetos e 46% da sua população

escolarizável sem freqüentar a escola. O diagnóstico apresentado para tal situação e que embasou o acordo era de que essa situação era gerada pela carência de salas de aula, professores, equipamentos e material didático.

Destinado a atuar nas áreas de construção e equipamento, melhoria da qualidade do ensino, programa de alfabetização para adolescentes e adultos, e, administração, as metas básicas a serem atingidas através do acordo eram extremamente claras:

- construção, reconstrução, equipamento e reequipamento de, aproximadamente, 900 salas de aula;
- instalação de oito centros de supervisão e currículo;
- construção de duas escolas normais e três centros de treinamento;
- recuperação, ampliação e reequipamento de três escolas normais;
- treinamento intensivo de 1.000 professores leigos;
- organização e instalação do serviço de estatística educacional da Secretaria da Educação;
- promoção do aperfeiçoamento do pessoal técnico da Secretaria da Educação;
- contratação de pessoal técnico para supervisionar, controlar e fiscalizar a execução do plano; e,
- aquisição de 12 veículos para os serviços de administração e de supervisão do ensino elementar.

Para a Sudene e a USAID, o moto da questão centrava-se exatamente na necessidade de submeter o aparelho de administração do sistema de ensino do Estado de Sergipe à nova racionalidade pregada pela agência de desenvolvimento nordestina. A própria Sudene o explicita com clareza, ainda em 1960, ao informar que

*a tarefa principal do Governo, no momento presente consiste em reexaminar os seus investimentos, subordiná-los às diretrizes de um programa de desenvolvimento e reestruturar o aparelho administrativo, a fim de capacitá-lo para o desempenho da política de desenvolvimento.*³¹

Esse desenvolvimentismo, que havia chegado também à educação e que estava espreado sobre todo o aparelho de Estado, se justificava na visão da Sudene porque

*...o Estado se transformou, entre nós, em instrumento básico da promoção do desenvolvimento econômico e social. (...) ...devemos caminhar, no campo dos investimentos públicos, no sentido da unidade do planejamento e da descentralização da execução.*³²

Tal discurso, porém, atribuía maiores responsabilidades pelo atraso aos governos estaduais que ao governo federal. Assim, o mesmo documento da Sudene responsabiliza os governos dos Estados pela frustração dos investimentos federais e atribui àquela agência o papel de protetora dos governos nordestinos.

Idêntica questão voltou a ser levantada com a publicação do II Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste, em 1963, quando se coloca, explicitamente, ser objetivo da Sudene

*...a formação - nos próprios quadros dos Estados e Municípios - de estruturas técnicas e administrativas capazes de, em caráter permanente, traduzir em maior atendimento a atuação dos respectivos governos.*³³

Para atingir tal objetivo o Plano propõe:

- a) realização de cursos para o treinamento de pessoal dos Conselhos e Comissões Estaduais de Desenvolvimento e das Grandes Unidades da Administração Estadual;*
- b) treinamento do pessoal do Estado nas técnicas modernas de elaboração e execução orçamentárias e assessoramento aos Estados na implantação destas técnicas;*
- c) realização de cursos e estágios para funcionários municipais sobre técnicas de administração e assistência à implantação das novas técnicas propostas.*³⁴

Assim, a lógica que preside o Primeiro Acordo USAID/Sergipe/Sudene e os I e II Planos Diretores de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste vai estar presente não só no planejamento da política educacional sergipana, mas na dos nove Estados da região. Bom exemplo é o do Estado do Rio Grande do Norte. Se tomarmos o Plano Estadual de Educação potiguar de

1963, vamos imaginar que estamos a ler um documento do Governo do Estado de Sergipe, tal a similitude das metas:

- a) treinamento, formação e aperfeiçoamento de mil professores leigos, em cursos a serem realizados em cinco cidades de todo o Estado; construção de oito prédios próprios para escolas normais e restauração de mais oito;*
- b) revisão e elaboração dos currículos do ensino elementar e normal;*
- c) criação do serviço de estatística educacional;*
- d) organização do serviço de produção de material didático;*
- e) construção e equipamento de um 'centro audiovisual';*
- f) assegurar, efetivamente, o ensino primário a toda população do grupo etário de 7 a 14 anos (este item envolve a construção e o equipamento de mil salas de aula);*
- g) pesquisa e experiências sobre condições regionais que possibilitem trabalho de integração do aluno e família na comunidade;*
- h) planos de valorização do magistério - prevendo aumento de salários (em março de 1963 o salário do professor primário foi aumentado em 187%);*
- i) alfabetização e educação de cem mil adultos e adolescentes até 1965;*
- j) promoção da extensão da escolaridade e da iniciação pré-profissional, com a instalação de pelo menos 10 oficinas de artes industriais;*
- k) promoção da assistência escolar no que se refere à alimentação, serviços médico e dentário;*
- l) criação e manutenção de cinco ginásios industriais de 1o e 2o ciclos;*
- m) criação, através de convênio com o Ministério da Agricultura, de duas escolas agrícolas destinadas a ampliar a capacidade de formação de pessoal especializado para a assistência a agricultura.³⁵*

Não por acaso, como em Sergipe, tais metas foram financiadas através de um convênio Rio Grande do Norte/USAID/Sudene.

A ação desenvolvida pelo Governo Seixas Dória, com o financiamento da Sudene e da USAID, desde a sua posse até o momento em que foi deposto em 1o de abril de 1964, pode ser parcialmente avaliada através do Relatório entregue pelo seu Secretário da Educação, Cultura e Saúde, Luiz Rabelo Lei-

te, quando depôs no Inquérito Policial Militar instaurado pelos militares a fim de apurar a existência de supostas "atividades subversivas no Movimento de Cultura Popular".³⁶

Tal relatório indica que de 31 de janeiro de 1963 a 1o de abril de 1964 foram construídas nove escolas, na capital e no interior do Estado, totalizando 48 salas de aula, além de serem recuperadas 49 escolas. Além disso, dentro do espírito do programa da Sudene e da USAID, foram treinados 1200 professores leigos, através de 22 cursos oferecidos em cidades do interior do Estado. A Secretaria promoveu um curso para diretores de escola (pela primeira vez em Sergipe), mandou 25 professores para cursos de especialização em São Paulo e Belo Horizonte, promoveu cursos para supervisores, e ofereceu oportunidade para que seus profissionais participassem de outros cursos de capacitação educacional, educação de adultos, estatística educacional e educação geral, na Sudene, em Recife. Preparou, ainda, oito professores para cursos de artes industriais.

Ponto destacado sempre por Luiz Rabelo Leite é a reformulação que promoveu no calendário escolar estabelecendo um calendário urbano e um outro rural (para as áreas agrícolas) que fixa o recesso escolar durante o inverno e nas épocas do plantio. Além disso, esse calendário estabeleceu, pela primeira vez, um ano letivo de 207 dias (até então eram 160). A pedra de toque da administração, no que concerne à sua política educacional, contudo, não chegou a ser concretizada: uma reforma administrativa na Secretaria da Educação, Cultura e Saúde - que fora criada apenas três anos antes. O golpe de 1o de abril encontrou o projeto de reforma administrativa tramitando na Assembléia Legislativa.

No espírito dessa reforma já haviam sido implantados os setores de obras e estatística educacional, o de supervisão e o Movimento de Cultura Popular. A instalação do Conselho Estadual de Educação, que se realizou em setembro de 1963, encaixava-se sob a mesma filosofia, do mesmo modo que a criação de círculos de pais e mestres, clubes agrícolas, pelotão de saúde, bibliotecas escolares e o coral de Sergipe.

O serviço de estatística educacional, que foi implantado, enquadrava-se perfeitamente ao Programa de Assistência Técnica Financeira às Secretarias da Educação do Nordeste, mantido pela Sudene. Esse programa previa também a implantação da assessoria de planejamento da Secretaria da Educação, Cultura e Saúde (como, de resto, em todas as Secretarias da Educação

dos Estados do Nordeste). A implantação dessa assessoria somente não se deu dentro do governo Seixas Dória face ao seu prematuro aborto institucional.

Outro elemento fundamental da ação administrativa da Secretaria da Educação no período e que vale a pena destacar é o da presença do grupo de assessores e técnicos cedidos pelo Governo do Estado de São Paulo. Esse grupo, também articulado com o ideário do nacionalismo-desenvolvimentista predominante na Sudene, exerceu papel de destaque no assessoramento ao secretário Luiz Rabelo Leite

II - O Papel do Planejamento

O papel desempenhado pela Sudene em relação a economia dos Estados do Nordeste, a partir de 1960, foi de dirigente das principais ações de política pública, seja no que concerne a política econômica ou no que diz respeito a política social. A criação e instalação do Banco de Fomento Econômico de Sergipe, da Empresa Distribuidora de Energia Elétrica, do Instituto de Previdência do Estado, da Secretaria da Educação, Cultura e Saúde, da hotelaria voltada para o turismo, da Estação Rodoviária de Aracaju, da ampliação do Aeroporto de Aracaju, da melhoria da malha rodoviária do Estado, da ampliação dos serviços hidráulicos, da instalação da Secretaria da Agricultura, da qualificação de técnicos no exterior, a ampliação de oportunidades educacionais no Estado, a regulamentação do calendário escolar da zona rural são resultante dessa ação. Todo esse trabalho foi executado com a intermediação do Condese. Este era um verdadeiro centro de tomada de decisões quanto ao conjunto de políticas do governo estadual. Essas decisões eram irradiadas a partir da Sudene.

As idéias sobre planejamento sintetizavam o discurso da racionalidade científica que substitui a irracionalidade das relações políticas. Tal racionalidade é exercida, geralmente, por intelectuais que se acercam do poder dando respaldo aos diferentes grupos de interesse político. A intelectualidade, neste tipo de situação, tende a constituir-se em uma tecnoburocracia. A tecnoburocracia propõe planos alternativos, buscando mediar a racionalidade das suas propostas face a ação política dos diversos grupos de pressão, de forma a contentar vários interesses sem que sejam descaracterizados aqueles garantidores do projeto desenvolvimentista.

A implantação da Sudene e dos próprios conselhos estaduais de desenvolvimento do Nordeste representa uma alteração significativa na qualidade

das decisões políticas. O sistema como um todo era síntese da redefinição do papel da máquina estatal e de seus mecanismos de mediação com a sociedade civil. Por isso, o papel que a educação passava a ter, sob esse novo quadro, era o de formar recursos humanos, oferecendo alternativas técnicas de encaminhamento do conjunto de problemas da sociedade.

No caso de Sergipe, a intervenção da Sudene na política educacional do Estado foi facilitada pelo quadro caótico que o Estado apresentava, no final dos anos 50. Tal quadro fez com que se generalizasse a crença de que o nacionalismo-desenvolvimentista era a única possibilidade posta para a administração pública estadual. O Estado não tinha sequer tradição no trato com as políticas sociais. A Sudene era o caminho certo para atingir tal objetivo, pois a sua racionalidade técnica dava a impressão de que afastar-se-ia da política educacional a ação de grupos influentes no círculo do poder local. Por essa porta, efetivamente, a Sudene submeteu o aparelho de administração do sistema de ensino do Estado, condicionando-o à sua racionalidade.

NOTAS

- 1 Cf. DANTAS, José Ibarê Costa. **Os partidos políticos em Sergipe. (1889-1964).**
- 2 Cf. DÓRIA, Seixas. **Eu, réu sem crime.** pp. 59-60.
- 3 Cf. FIGUEIREDO, Ariosvaldo. A Operação Nordeste, Sergipe e o desenvolvimento econômico -VI. **Gazeta de Sergipe.** 26/3/59.
- 4 Cf. **A Cruzada.** 1o/04/59.
- 5 Cf. DÓRIA, **op. cit.** p. 20.
- 6 Cf. Entrevista concedida por Celso Furtado a Alzira A de Abreu. **Revista Ciência Hoje.** Ano 1, número 5, março/abril 1983. pp. 20-23.
- 7 Cf. CRUZ, José. O Condese e o planejamento da economia sergipana. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.** Número 26, Vol. XXI, 1961. p. 28.
- 8 Cf. MENDONÇA, Nunes. **A educação em Sergipe.** p. 64.
- 9 **apud** MENDONÇA, **idem.** pp. 65-66.
- 10 Cf. Decreto 121, de 06 de dezembro de 1943.
- 11 Cf. art. 6o do Dec. 121, **op. cit.**
- 12 Cf. MENDONÇA, Nunes, **op. cit.** pp. 91-92.
- 13 **idem.** p. 92.
- 14 Cf. MENDONÇA, Nunes. **Sugestões para um plano de reivindicações no setor educacional.** p. 8.
- 15 **idem.** pp. 10-11.
- 16 **ibidem.** p. 17.
- 17 Cf. MENDONÇA, Nunes. **A educação em Sergipe.** p. 98.
- 18 Cf. **Constituição do Estado de Sergipe.** de 16 de julho de 1947. Art. 148.
- 19 Cf. MENDONÇA, Nunes. **A educação em Sergipe.** p. 104.
- 20 **idem.** p. 114.
- 21 **ibidem.**
- 22 **idem, ibidem.** p. 125.
- 23 Luiz Garcia nomeou para o cargo de Secretário da educação, Cultura e Saúde o médico Antônio Garcia Filho, seu irmão. Antônio Garcia fora um dos fundadores da Esquerda Democrática, no segundo semestre de 1945. Esse agrupamento viria a se constituir, depois, no Partido Socialista Brasileiro. Candidato a Deputado Estadual, no pleito de 1947, ele obteve 171 votos e não conseguiu eleger-se. A partir de 1947 dirigiu o jornal **O Nordeste**, e, de 1948 até 1951, gerenciou o jornal **Gazeta Socialista**. O seu rompimento com o PSB aconteceu em 1958 para apoiar a candidatura do seu irmão, pela UDN, já que o seu partido resolvera apoiar o candidato do PSD. A concepção política de Antônio Garcia era claramente nacionalista, tendo sido inclusive, em 1958, um dos principais membros da Frente Nacionalista de Sergipe.
- 24 Seixas Dória nomeou para ocupar a pasta o bacharel em direito, promotor público, professor da Faculdade de Filosofia e intelectual católico Luiz Rabelo Leite, que fora, em 1958, um dos membros da Frente Nacionalista de Sergipe.
- 25 Cf. FIGUEIREDO, Ariosvaldo. Carta ao Secretário de Educação. **Gazeta de Sergipe.** 10/1/64.
- 26 Cf. **Gazeta de Sergipe.** 22/03/64.
- 27 Cf. OLIVEIRA, Dilma Maria Andrade de. **A participação da USAID na educação em Sergipe.** p. 51.
- 28 Cf. **Gazeta de Sergipe.** 02/03/63.
- 29 **idem.** 03/03/63.
- 30 Cf. **Diário Oficial do Estado de Sergipe.** 19/06/63.
- 31 Cf. SUDENE. **Primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento do Nordeste.** p. 16.
- 32 **idem.** p. 17.
- 33 Cf. SUDENE. **II Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste.** p. 34.

34 *idem*.

35 Cf. MANFREDI, Sílvia Maria. **Política: educação popular**. pp. 117-118.

36 Cf. IPM. Instaurado pelo 28º Batalhão de Caçadores através da Portaria Reservada 14-S/2, no qual são indiciados Luiz Rabelo Leite, Zelita Rodrigues Correia e José Alexandre Felizola Diniz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A CRUZADA. Abril/1959.

BRASIL/Ministério da Guerra/IV Exército/Sexta Região Militar/28º Batalhão de Caçadores.

Inquérito Policial Militar - IPM. Indiciados: Luiz Rabelo Leite e Zelita Rodrigues Correia. Aracaju, 1964.

CRUZ, José. O Condese e o planejamento da economia sergipana. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Número 26, Vol. XXI, 1961.

DANTAS, José Ibarê Costa. **Os partidos políticos em Sergipe - (1889 - 1964)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

DÓRIA, Seixas. **Eu, réu sem crime**. 4. ed. Rio de Janeiro : Editora Codecri, 1980.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. A operação Nordeste, Sergipe e o desenvolvimento econômico - VI. **Gazeta de Sergipe**. Março/1959.

_____. Carta ao Secretário de Educação. **Gazeta de Sergipe**. Janeiro/1964.

Gazeta de Sergipe. Março/1963, Março/1964.

GOVERNO DE SERGIPE. **Decreto 121**. 1943.

_____. **Constituição do Estado de Sergipe**. 1947.

_____. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**. Junho/1963.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Política: educação popular**.

MENDONÇA, J. A Nunes. **A educação em Sergipe**. Aracaju : Livraria Regina, 1958.

_____. **Sugestões para um plano de reivindicações no setor educacional**. Aracaju : Imprensa Oficial, 1961.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **A intervenção da Sudene na política educacional do Estado de Sergipe. (1959-1963)**. São Paulo : PUC, 1991. (Dissertação de Mestrado).

OLIVEIRA, Dilma Maria Andrade de. **A participação da USAID na educação em Sergipe**. São Carlos/SP, Universidade Federal de São Carlos, 1989. (Dissertação de Mestrado).

Revista Ciência Hoje. Ano 1, número 5, março/abril/1983.

SUDENE. **Primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento do Nordeste**. 1960.

_____. **II Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste**. 1961.